

Ata nº. 4 – Sessão extraordinária de 16/10/2014

-----Aos dezasseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e catorze, na sala das sessões da Junta de Freguesia de Sobral da Adiça, realizou-se uma reunião extraordinária da Assembleia de Freguesia, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----**1 – Proposta de Execução do Contrato Interadministrativo e Programa de Apoio, à Freguesia de Sobral da Adiça;**-----

-----Estiveram presentes: Maria do Rosário Batarda Menor Rita (Presidente - CDU), Ana Maria Guerreiro Soares Pinto (1.ª Secretária - CDU), Manuel António Fraústo Verdades (2.º Secretário - CDU), Maria João Mendes Galamba (CDU), João António Ramos Diniz (PS), José Carrasco Camacho (PS) e Lurdes Maria Ribeira Lampreia. -----

-----Não se verificou a falta de nenhum dos membros.-----

-----**PRESENÇA DOS ELEITOS DA JUNTA DE FREGUESIA**-----

-----Em cumprimento do disposto no art.º 24.º do Regimento da Assembleia de Freguesia, estiveram presentes na sessão o senhor Presidente da Junta, Bruno Miguel Valente Monteiro, a senhora Secretária, Cristina José Garcias Valente e o senhor Tesoureiro, Hélder Manuel Túbal Raposo.-----

-----**ABERTURA OFICIAL DA SESSÃO** – Após verificar a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, eram vinte e uma horas e sete minutos.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**1 – Proposta de Execução do Contrato Interadministrativo e Programa de Apoio, à Freguesia de Sobral da Adiça;**-----

-----O senhor João Diniz perguntou ao senhor Presidente do Executivo se o facto de só constar do Acordo de Execução a competência que diz respeito à alínea e) do art.º 132.º da Lei n.º 75/2013, resulta de a Junta de Freguesia não ter aceite as outras Delegações de Competências previstas na Lei, ou, de a Câmara não ter pretendido delegar na Freguesia estas competências respeitantes às alíneas a) b) c) e d).-----

-----O senhor Presidente da Junta respondeu que as competências que foram delegadas, foram negociadas com a Câmara tendo-se chegado a este acordo, não se encontrando no documento esplanadas nem mais nem menos do que aquelas que a Junta de Freguesia queria, no entanto, já se fazem os espaços verdes, independentemente da delegação ou não, há competências que já se encontram delegadas e outras que poderiam ser ou não delegadas, as que estão no ponto dois, art.º 132.º da Lei n.º 75/2013, consideram delegadas nas Juntas de Freguesia as seguintes competências: gerir e assegurar a manutenção dos espaços verdes, não havia necessidade de constar no acordo uma vez que já se encontrava delegado; assegurar a limpeza das vias já está delegado; manter, reparar e substituir o mobiliário

urbano no espaço público com exceção daquele que seja objeto de concessão, ou seja, por exemplo a sinalética é da Câmara, ao ser feita a substituição pela Junta, reembolsam a Junta, não está delegado, terão de fazer as respetivas alterações; as reparações nos Estabelecimentos de Ensino também já estão delegadas; e, promover a manutenção de espaços aos estabelecimentos referidos na alínea anterior, também já está delegada. As mais discutidas são aquelas que estão no ponto dois, como Atividade de Exploração de Máquinas de Diversão, Recintos Improvisados, como a Junta não tem competência para este tipo de licenciamentos uma vez que não tem técnicos não o pode fazer. Referiu que a proposta apresentada foi alvo de várias reuniões, de várias propostas, tendo-se chegado a este produto final, no entanto, salientou que relativamente ao acordo em vigor no anterior mandato, a nível das Escolas do Primeiro Ciclo vai registar-se um acréscimo de quarenta e nove ponto quarenta e um euros, a nível do Jardim de Infância haverá um acréscimo de trinta e quatro ponto quarenta e seis euros, constando ainda no acordo a limpeza da Biblioteca que dá seiscentos euros/ano, vai-se lá uma vez por semana durante uma hora, os produtos são fornecidos pela Câmara, ficando-se claramente a ganhar com esta situação.--

-----O senhor João Diniz disse que tinha percebido que era mais ou menos isso, por esse motivo é que fizera a pergunta, e, que o senhor Presidente da Junta há-de concordar com ele, pois se a lei diz que se consideram delegadas e a Lei tem caráter imperativo conforme mencionado logo no início, “As normas constantes da presente Lei são de aplicação imperativa e prevalecem sobre as normas especiais”, aplicação imperativa quer dizer que são, digamos, obrigatórias, o que ele vê e concorda quando diz que a limpeza, gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes, a Junta faz; assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sargetas e sumidouros, a Junta faz; manter, reparar e substituir o mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão, a Junta também faz; bancos de jardins, etc., gerir e assegurar a manutenção corrente de feiras e mercados, a Junta também faz. Disse ser por isso que não compreende como é que no Acordo de Execução, só consta a realização de pequenas reparações nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do Primeiro Ciclo do Ensino Básico, que é a alínea e) e que a Junta também faz, recebendo pelas salas do Primeiro Ciclo, sensivelmente mais cinquenta euros e pelas salas do Pré-Escolar mais trinta e cinco, mais ou menos. Se a Junta faz, porque é que as outras competências não constam do Acordo de Execução? Disse que a pergunta era simples e direta, e, não constando, a Junta de Freguesia não está devidamente acautelada, os interesses da Junta não estão devidamente acautelados, pois ele pensa que deveriam constar, tal como consta na delegação constante do Acordo de Execução, em que a Câmara transfere para a Junta seiscentos e quarenta e seis euros e oitenta e um cêntimos, por cada sala do Primeiro Ciclo e mais quatrocentos e

cinquenta e um euros e sessenta e três cêntimos, por cada sala do Jardim de Infância, também deveria constar que a Câmara transfere para a Junta x por esta fazer a manutenção dos espaços verdes, por assegurar a limpeza que a Junta faz, por manter o mobiliário, por gerir as feiras, etc., etc., não constando do acordo que a Junta está a prestar estes serviços de borla para a Câmara, logo o interesse da Junta não está ali acautelado. No que respeita aos documentos que vêm a seguir, limpeza de bermas e valetas na área da Freguesia de Sobral da Adiça, a que corresponde um valor máximo de nove mil, cento e cinquenta euros, disse que nada havia a opor, que a verba, segundo crê, é ligeiramente mais alta que a que se encontrava anteriormente protocolada, a limpeza do Pólo da Biblioteca cinquenta euros/mês num máximo de seiscentos euros por ano, nada a opor, relativamente à leitura do consumo de água, de que a Junta recebe vinte e cinco por cento do valor da água e tarifa de saneamento cobradas, a que corresponde um limite anual de sete mil e quinhentos euros, referiu saber que em média, aquilo que a Junta recebe da Câmara pela leitura da água, é em média setecentos e cinquenta euros, mais ou menos entre os setecentos e os oitocentos euros por mês, logo os sete mil e quinhentos euros, acha que seria um valor aceitável se os contadores estivessem a funcionar como deve ser, e, disse pensar que o senhor Presidente da Junta deveria ter tido isso em conta quando acordou este valor com a Câmara, porque é certo e sabido que cinquenta por cento dos contadores do Sobral estão avariados, o que quer dizer que se a Junta está a receber por vinte e cinco por cento à volta de setecentos euros por mês, se os contadores forem substituídos como têm de ser, pois se não forem a Câmara tem um prejuízo enorme todos os meses por aquilo que paga à Águas de Portugal pela água que lhe compra, e, depois, vende muito menos água aos consumidores porque os contadores não a contam, este valor tem necessariamente que subir muito rapidamente, aliás, é do interesse da Câmara que suba, ora se o valor máximo, em vez de sete mil e quinhentos fosse de quinze mil, não vinha daí mal nenhum ao mundo, só viria bem para a Freguesia. Disse que em relação àquela verba, a bancada do PS também não concordava com ela e que não acreditava que não concordassem com ele quando diz isto, pois é do conhecimento de toda a gente que cerca de cinquenta por cento dos contadores estão avariados. Se neste momento a Câmara cobra cerca de três mil euros por mês, quando os contadores forem substituídos vai cobrar seis mil, e, nessa altura, em vez de pagar sete mil e quinhentos euros anuais à Junta, vai pagar quinze mil. Referiu que o valor de sete mil e quinhentos euros não está de forma nenhuma de acordo com aquilo que são os interesses da Freguesia, e mais, pensa que a Junta de Freguesia deve interceder junto da Câmara para que de uma vez por todas vá substituindo os contadores, dizendo saber que os contadores não se encontram avariados só no Sobral, isto verifica-se em quase todo o concelho, em Moura a situação é idêntica, mas, a Câmara alguma vez terá que repor

situação porque senão vai acumulando prejuízos mensalmente por água que vai pagando à Águas de Portugal e que depois não cobra aos consumidores. Reforçou que quer isto dizer que a Bancada do PS considera que não estão devidamente acautelados os interesses da Freguesia e que têm razões fortes para pensarem que é assim.-----

-----O senhor Presidente da Junta disse que começando pela Delegação das Escolas, este Executivo seguiu aquilo que vinha sendo hábito no anterior Acordo, e, se não concorda com as restantes competências delegadas a esta Junta de Freguesia, porque é que concordou ao logo de oito anos com as mesmas? Que nós não podemos assinar algo e depois só por que estamos na oposição deixarmos de concordar. Referiu achar que a Junta ficou claramente a ganhar com este acordo, nomeadamente com a atualização das verbas transferidas a nível da Escola. Disse que este Executivo achou que este era o melhor acordo e continua a pensar o mesmo, que se a Junta tivesse de ganhar dinheiro pelos espaços verdes, como é sabido ganhar-se-ia muito pouco, pois não tem, apenas há o Gargalão, é o único espaço verde pois ao longo de vinte anos não foi criado nenhum espaço verde na nossa Freguesia, isto é, desde que o senhor Presidente da Junta tem memória, que não se lembra de espaços verdes criados na Freguesia. Sobre a questão respeitante à água, disse poder dizer que na reunião em que o Executivo esteve presente, essa situação foi acautelada, e, o senhor Presidente da Câmara, Dr. Santiago Macias, fez questão de informar de qual o número de contadores avariados no concelho, que ronda mais ou menos os oitocentos, oitocentas pessoas que não pagam água, que é muito e que é um facto, disse estar completamente de acordo com o senhor João Diniz quando este diz que esta verba, quando os contadores forem substituídos, terá que aumentar, na realidade sempre que tal aconteça, a Junta poderá renegociar a verba. Ficaram também a saber da existência de um plano para a substituição dos contadores, tendo-lhes no entanto sido comunicado que naturalmente não iria ter início na Freguesia do Sobral e sim pela cidade, o que o senhor Presidente da Junta considerou também ser justo. Referiu que este Acordo é claramente melhor do que aquele que se encontrava em vigor nos anos que antecederam o atual Executivo, mais uma vez referiu que quando se assina um documento pode-se sempre mudar de ideias, mas que esta mudança de ideias deve ser feita enquanto se está na mesma posição, disse que infelizmente, se calhar a Junta paga mais de água do que deveria mas que isso é para outro campeonato.----

-----O senhor João Diniz disse não ter percebido a intervenção final do senhor Presidente, quando referiu que a Junta paga mais água do que devia e perguntou se a Junta não se encontrava isenta do pagamento da água. Em relação ao Protocolo, disse que as questões que colocara tinham a ver com o interesse da Freguesia, tão simples quanto isso, e disse não ser como o senhor Presidente disse que o atual Acordo é melhor que o outro pois não é de forma nenhuma e que ele tinha ali algumas páginas do anterior com o

preço dos sinais, que a Junta mudaria e a Câmara por sua vez pagava x , o preço de cada passadeira pintada, questionou o senhor Presidente da Junta sobre quanto é que a Junta recebe por passadeira pintada, disse que o Acordo anterior previa cem euros por passadeira pintada de dois em dois anos, os sinais verticais, o preço por metro quadrado dos buracos tapados em alcatrão, que seria de trinta euros, não tendo essa competência sido delegada porque a Junta anterior não tinha meios para fazer a tapagem dos buracos no alcatrão, mas tinha nos cubos que era de dez euros por metro quadrado, na mão de obra, sem contar com os paralelos, quinze euros por calçada de vidro, que há pouca mas há alguma, as bermas e valetas constam no Protocolo atual, e muitas outras coisas, estando os preços devidamente acautelados, no entanto, disse, que com franqueza não percebia porque não constam no Protocolo, se a Junta faz porque é que não está aí a verba que a Câmara tem que pagar à Junta por esta fazer, não se perdia nada por estar, eventualmente depois haveria um Acordo, não se paga isto paga-se aquilo, não se encontram também no Acordo as Pavimentações em Betão e estavam no anterior, numa Adenda que era da quinze euros por metro quadrado, disse saber que a Junta fez o arranjo de uma rua lá em baixo e questionou se a Câmara vai ou não pagar à Junta o trabalho que esta lá fez, uma vez que aquela competência é da Câmara, o senhor Presidente da Junta olha pelos interesses da Junta, a Câmara tem que lhe pagar aquilo que a Junta faz e que é competência da Câmara e essas coisas deviam estar no Protocolo e não estão, tão simples quanto isso, se a Junta entende que confia na Câmara tudo bem, ainda voltando à verba para investimento, anualmente no montante de vinte e um mil quinhentos e cinquenta e dois euros também é inferior ao montante que a Junta recebia. Recebia-se mil novecentos e noventa e um euros e uns centimos, todos os meses, o que perfaz vinte e quatro mil euros por ano em números redondos, perguntou porque é que foi reduzida para vinte e um mil quinhentos e cinquenta euros? Se foi por solidariedade disse achar por bem que a haja, mas que se for o caso se deve assumir, que a Câmara deveria pelo menos manter esta verba, que não lhe digam que isso é devido à Câmara receber agora menos do Estado do que recebia anteriormente, a ser essa a resposta poderia haver outros sítios onde cortar que não fosse nas verbas a transferir para as freguesias, em relação a achar que este Protocolo é melhor que o outro, pediu desculpa mas disse que não era assim, pois o outro previa outras delegações de competências e estava ali escrito quanto é que a Câmara tinha de dar à Junta, se dava atrasado ou não essa era outra questão, mas que estava escrito estava e a Junta contabilizava e sabia que a Câmara naquele momento tinha que dar x , se não tinha dinheiro podia compensar de outra forma, no entanto acha que não se perdia nada por estar previsto no Acordo, se a Junta faz, porque é que não está previsto? Correspondente àquilo que a Junta faz e que é competência de acordo com a Lei, e a Lei tem caráter imperativo, só não devia constar no documento se a

Junta não fizesse o trabalho, mas, tinha que ser a Junta a dizer à Câmara que não estava interessada nesta competência, porque a Lei impõe à Câmara atribuí-la à Junta, e esta só não a recebe se não quiser, disse ter assistido à reunião da Assembleia Municipal em que os Protocolos foram ratificados pela Assembleia Municipal e a sua opinião na altura foi que, uma vez que a Junta decidiu assinar o Protocolo com a Câmara, a Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal não tinha nada que se manifestar contra, um vez que foi uma vontade da Junta e foi sua opinião com eles que deveriam aprovar, assim como foi sua opinião com eles que deveriam reprovar um outro Protocolo do conhecimento do senhor Presidente da Junta, uma vez que também estava lá. Disse que a questão na Assembleia de Freguesia era diferente, a sua posição aqui é diferente, ali é uma questão de acordo entre as Juntas e a Câmara, aqui o que está em causa é o interesse da Freguesia, e, a sua opinião e dos seus camaradas é que não foram devidamente acautelados não sabe porquê, os interesses da Freguesia, mas acha que terão de respeitar a sua opinião.-----

-----O senhor Presidente da Junta começou por dizer que em relação a duvidar da Câmara Municipal, a Junta claramente não tem razões para o fazer, em ser solidários com a Câmara disse que a Junta do Sobral é solidária com a Câmara e com todas as Juntas do concelho pois é necessário trabalhar em parceria, em relação à calçada, a Câmara não delegou essa competência porque se as ruas forem arranjadas, será a Câmara que escolhe. Anteriormente dizia-se: vamos arranjar esta rua e passamos em Protocolo, agora se houver uma rua que se pretenda arranjar, faz-se uma proposta à Câmara. A última travessa que foi arranjada vai ser paga porque constava no anterior Protocolo, no que toca às próximas obras, no caso de uma rua que se queira arranjar, faz-se a proposta à Câmara e esta delibera se sim ou se não, posteriormente tem de existir um acordo entre as duas entidades, se for feita pela Câmara a Junta lava daí as suas mãos e ela faz o trabalho, se for a Junta a fazer a obra, essa verba é calculada e será paga. Em relação às calçadas, naturalmente a Junta não aceita ficar com essa delegação pois não possui pessoal qualificado para o fazer, vai-se pôr o Coveiro a fazê-la ou um Assistente Operacional sem qualificação para o fazer? A calçada poderia não ficar bem-feita, cobrava-se à Câmara mas depois o resultado pretendido não será o melhor. Atualmente a Junta em parceria com a Câmara anda a arranjar dois passeios que garantidamente a Junta de Freguesia não tem ninguém para o fazer, se não fosse com um calceteiro da Câmara, certamente que o trabalho ficava defeituoso, chegava-se ali e colocava-se pedra, seria que ficava bom? De certeza que não ficava. Sinais, a Junta também não os quer, pois independentemente de a Câmara até transferir depois a verba, logo a seguir ou atrasada, não existe capacidade financeira da parte da Junta para andar colocando sinais, a Junta reporta à Câmara e esta que os compre, no máximo poderá fazer-se o acordo sobre quem os coloca, com exceção dos

existentes que são da Junta, pelo que, aceitar-se competências que depois não se teria capacidade para cumprir, não! Ainda relativamente às ruas, o senhor Presidente disse que iria fazer propostas à Câmara conforme já tinha referido, sendo essas propostas alvo de negociação com a Câmara. Relativamente à verba é muito simples, a Câmara não cortou nas verbas para as Freguesias, havia era como se sabe, uma Freguesia que não estava contemplada, que independentemente de negar o Acordo aceitou que lhe fosse transferida a tal verba, e, agora, deixa de estar dividida pelas Freguesias que existiam, passando a ser mais uma Freguesia enquadrada, ou seja, a Amareleja não recebia deste Acordo de Cooperação por não estar ali enquadrada, que não está a ver como foi calculada aquela verba, mas era com base no número de Freguesias com quem a Câmara celebrara o Acordo de Cooperação e do qual a Amareleja não fazia parte, supondo que eram duzentos mil euros a dividir por dez Freguesias, passam a ser duzentos mil euros a dividir por onze Freguesias, logo o valor da Junta do Sobral, assim como das restantes Freguesias do concelho, baixou. Disse que era a única solidariedade que a Junta do Sobral tinha, uma vez que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Amareleja não quis as outras mas aceitou esta.-----

-----O senhor João Diniz perguntou ao senhor Presidente da Junta como é que este diz que as Juntas de Freguesia passaram a receber menos por agora a Junta de Freguesia da Amareleja passar a receber alguma coisa que não recebia, por amor de Deus, a Junta de Freguesia da Amareleja recebia igual ao que todas as outras Juntas recebiam e foi-lhe cortada transferência de capital, para investimento, por um desaguado com a Câmara, que não vem agora aqui ao caso e que não interessa nada a esta Freguesia, essa verba constava do Protocolo anterior, no início de dois mil e nove, a Câmara é que a meio do mandato denunciou o Protocolo com a Amareleja e deixou de lhe pagar essa verba, encontrando-se esse Processo em Tribunal, isto não pode ser razão para se dizer que a Freguesia da Amareleja não recebia nada e agora passa a receber, então as outras Juntas agora em sinal de solidariedade para a Junta de Freguesia da Amareleja recebem menos para eles receberem? A Junta de Freguesia da Amareleja nunca devia ter deixado de receber aquilo que era de Lei, não estando a defender os interesses da Amareleja nem pouco mais ou menos, mas foi assim? Perguntou ao senhor Presidente da Junta se concordava que tinha sido assim, a Junta de Freguesia da Amareleja tinha um Protocolo com a Câmara como todas as Juntas de Freguesia rurais do concelho, a determinada altura e quando se desenvolveu aquele processo houve um desaguado entre a Câmara e a Junta de lá, e a Câmara denunciou o Protocolo. A Junta achou que a Câmara não tinha motivos para isso e pôs a questão em Tribunal, aquela verba constava do Protocolo, ou seja, as outras Freguesias não vão receber menos verba por a Junta da Amareleja passar a receber, segundo a sua opinião, se o Tribunal decidir não lhe pagar aqueles dois anos que devia ter pago e não pagou, esse

dinheiro remanescente que fica para a Câmara devia era ser distribuído por todas as outras Juntas de Freguesia, não sendo de forma nenhuma razão para as outras Juntas passarem a receber menos, e que é uma verdade, pois a Junta do Sobral recebia à volta de vinte e quatro mil euros e agora são vinte e um mil e qualquer coisa, é menos, e a Amareleja não tem nada a ver com isso, só voltando um pouco atrás, relativamente ao que se falou nas calçadas que a Junta não tem capacidade para repor as calçadas, mas que não custava nada estar previsto no Acordo, para quando há roturas nas ruas, há um buraco aberto e outro e outro e a Junta tem que arranjar forma de os tapar, para não estarem abertos tanto tempo, pelo que não custava nada estar ali escrito, caso a Junta repusesse pavimento em calçada, que a Câmara lhe pagasse x por metro quadrado, tantas vezes que isso aconteceu antes quando a Junta tinha calceteiro, quando não tinha teriam de vir os calceteiros da Câmara repor a calçada, e aí a Junta não recebia nada. Disse não haver problema nenhum, mas, que estas questões deviam constar no Acordo em opinião da Bancada do PS, não estão só se perde por não estarem e só quem pode sair prejudicado é a Junta.-----

-----O senhor O Presidente da Junta respondeu que se era por amor a Deus ou se era por amor a outra coisa qualquer abstrata, isso era com o senhor João Diniz, este Executivo tem amor à sua Freguesia, esta Junta marca a diferença numa coisa, aquilo que se compromete a fazer faz, com competência, agora promessas leva-as o vento, e promessas ouviram-se durante vinte e quatro anos, incompetência viu-se durante muitos anos, por isso este Executivo não assume, sublinhando até na ata, não assume fazer trabalhos para os quais não tem qualificação, perguntou se a calçada devia estar contemplada, então também deveriam estar contempladas as canalizações, a eletricidade, os projetos, a Junta não tem nenhum Engenheiro Civil ao serviço mas um boneco qualquer um pode fazer, ou só se podem aceitar profissões não qualificadas? E perguntou porque é que se tem que ter as calçadas que não sabemos fazer? Ou é apenas pelo gosto de cobrar dinheiro à Câmara? Nós queremos as nossas ruas bem feitas, deixou-se uma empresa privada dois anos com um buraco aberto junto à Farmácia e não se conseguiu fazer nada e agora vem-se dizer que se tem que cobrar à Câmara? Perguntou como é que o senhor João Diniz, não cobrou à empresa que trabalha para a PT, o betão? Era só um bocadinho da rua e levou dois anos, assim como levaram dois anos outros buracos, porque é que não os cobrou? Porque é que deixou durante tanto tempo os carros andarem a bater na rua principal, pois aquilo era vergonhoso, e agora vamos dizer que temos que meter a calçada porque cobramos quinze euros por não sei quê, a Junta não cobra nada, cobra-se aquilo que se faz, referiu que a Junta não está aqui para enganar a Câmara nem os fregueses, está sim de corpo e alma para mudar aquilo que estava errado, senão não estariam aqui, poucas coisas estavam certas mas eram muitas as erradas infelizmente para a nossa Freguesia, e

mais se, quando se decidiram candidatar não foi só por dizer que gostavam da política e iam tirar dali aquele senhor, não foi por aí, foi por outros motivos, foi porque estavam fartos de crescer numa terra onde não há nada, onde ele agora tem uma filha e nem um Parque Infantil há, não há uma Zona Verde, não há rigorosamente nada, disse que ao fim de um ano que aqui estão e ainda não conseguiu perceber onde foi gasto o dinheiro, para onde foi efetivamente o dinheiro que a Junta recebia, seja aquele que foi transferido pelas calçadas e sobre o que se ganhava muito, mas onde está aplicado? Quando o novo Executivo chegou à Junta a frota era uma vergonha, os computadores tinham um software que não é permitido ter numa Autarquia, software de ter em casa, perguntou onde foi aplicado tanto dinheiro que se ganhou nas caçadas, nos sinais, no betuminoso, pediu ao senhor João Diniz para explicar, pois disse que ele agora é que tinha que se rir, pois agora pedia a Deus que lhes transferisse esse pensamento e que dissesse onde foi aplicado esse dinheiro, em relação à verba voltou a dizer que se tem algumas dúvidas, tem que ir a uma reunião de Câmara e perguntar ao senhor Presidente da Câmara como é que foi feita a conta das verbas, é que na Assembleia de Freguesia foi-lhe dito que agora recebem menos porque a Amareleja também entra, ao que o senhor Presidente da Câmara responderá se foi assim ou se o senhor Presidente da Junta está a mentir por solidariedade com a Câmara. Disse que o senhor João Diniz o está constantemente a acusar de não conseguir separar as suas funções na Câmara das suas funções na Junta de Freguesia, em jeito de balanço disse poder dizer que neste ano de mandato, o Executivo desta Junta considera que foi feito mais num ano que em vinte e quatro passados, trabalhando com transparência, com rigor e para a Freguesia.-----

-----O senhor João Diniz disse que logo se vê daqui por mais três anos o que é que já foi realizado, porque ele considera que neste momento é zero, que o senhor Presidente da Junta tinha a sua opinião e ele tem a dele, que lhe há-de mostrar o que é que já foi construído, relativamente à Casa Mortuária que parou no tempo e quis lembrar que quando o seu Executivo passou o testemunho ao atual Executivo, tinha sido comprado o ferro para toda a obra da Casa Mortuária, que se o senhor Presidente da Junta não tem conhecimento hão-de estar aí as faturas e o material, e estavam ali, são pormenores que não vêm agora ao caso mas já que o senhor Presidente da Junta pergunta onde é que foi gasto o dinheiro, pode ser verificado com muita facilidade, porque está na contabilidade, se houver alguma fatura que ofereça dúvidas, então que lhe seja perguntado a ele ou à Tesoureira onde é que foi gasto o dinheiro em que o material não apareceu, que quando o seu Executivo saiu tinha comprado por dois mil euros, dois camiões um de areia e um de gravilha, perguntou ao senhor Presidente da Junta se este se recordava ou se estava esquecido, foram gastos não sabe onde, em pequenas obras onde as coisas se gastam e não aparecem, que o dinheiro gasta-se mas

ninguém melhor que o atual Executivo pode verificar na contabilidade onde foi gasto o dinheiro, não duvidará certamente que foi o senhor João Diniz ou os seus colegas que levaram o dinheiro para casa, ou é colocada essa hipótese? Não lhe diga, veja lá. Disse ainda que a posição da sua Bancada estava definida, que deviam estar ali acauteladas coisas que não estão e que não fazia mal nenhum à Junta que estivessem, só faria bem, se o Executivo acha que não deve estar, tudo bem, a posição da sua Bancada é contra a Proposta e disse que a iam votar contra, precisamente por isso, porque consideram que não estão acautelados os superiores interesses da Junta de Freguesia e poderiam estar.-----

-----O senhor Presidente da Junta disse ter vontade de rir neste momento, quando o senhor João Diniz lhe diz que ainda não foi feito nada, curiosamente, as pessoas que é quem interessa e que querem o bem à Freguesia, dizem o contrário, pode ser visto na página do Facebook, no site da Junta, também não se fez, pode-se ver as pessoas que dizem bem e aquelas que dizem mal, e, analisando as pessoas que dizem bem, muitas delas são imparciais, e, pode ver-se também quem diz mal, quem diz mal é quem está contra este Executivo, quem não consegue reconhecer o fracasso que foi a passagem de outras pessoas, é precisamente isso, resumindo: o fracasso que foi a atuação do Executivo transato, disse ter tido o prazer de solicitar um orçamento do que estava ali feito por que pensaram levar a Casa Mortuária a concurso, embora infelizmente como já tem referido na Assembleia, o projeto não o permite por algumas alterações que foram feitas em obra, teria que se remodelar o projeto, uma vez que não há capacidade financeira para o fazer, irá ter que se repensar a forma de atuar a nível da Casa Mortuária, no entanto, disse que há uma coisa que não fazem é dizer nós vamos fazer a Casa Mortuária e garantidamente faz-se a Casa Mortuária e o Parque Infantil, isso é ponto assente, podiam ter começado antes mas acharam que não era altura, se concordam com a localização, atualmente não, já pediram pareceres para ver se a localização seria a melhor, também lhes foi dito que não, por muitos motivos já aqui referidos, daí não se ter já avançado com a obra da Casa Mortuária, não é a prioridade máxima da Junta, no entanto há uma garantia, esta Junta termina-a, vai fazer a Casa Mortuária e vai fazer o Parque Infantil, não se vai é dizer às pessoas que se faz a Casa Mortuária até ao final do ano, os nossos empreiteiros andam aí à procura de casa e depois levam à procura de casa um ano, isso esta Junta não faz, este Executivo há uma coisa que faz, é sincero com as pessoas, é sincero com os fregueses e quando vai fazer alguma coisa vai com a certeza de que a pode fazer, não com bate boca de uma conversa, pois até se podia dizer que já há uma empresa para a Casa Mortuária, podiam andar à procura de casa em Moura ou no Sobral, levavam era muito tempo a arranjar casa pois tanto num localidade como noutra existe alguma dificuldade, em relação ao trabalho desta Junta, o Manifesto Eleitoral está aqui e se o senhor João Diniz

o quiser consultar a seguir, está feito com cruzinhas ou com vistos, aquilo que já foi feito daquilo que esta Junta se propôs fazer para a Freguesia. Não diz conclusão da Casa Mortuária no primeiro ano, construção do Parque Infantil no primeiro ano, ajardinamento das Margens da Ribeira da Perna Seca no primeiro ano, mas fez-se o arranjo e manutenção do Parque de Merendas do Gargalão que estava uma vergonha, o Parque Infantil que lá está encontrava-se perigosíssimo, e a senhora Lurdes Lampreia, se quiser usar da palavra e dizer se o Parque se encontrava em segurança para o filho dela, pode dizê-lo se quiser ser sincera.-----

-----A senhora Lurdes Lampreia respondeu que no Jardim de Infância havia alguns componentes com necessidade de ser alterados.-----

-----O senhor Presidente da Junta respondeu à senhora Lurdes Lampreia que a Junta pode alterar muita coisa, e que é isso que o move, mas que ficava mais satisfeito se a resposta tivesse sido, é verdade mudaram muito para podiam ter mudado mais, mas não, como é hábito, a Bancada do PS, mas já está habituado pois na Assembleia Municipal o procedimento é igual, só veem as coisas más, porque será? Que não sabe se é defeito ou se é feitio, se calhar é a personalidade.-----

-----O senhor João Diniz disse que a Junta de Freguesia anterior, os maus, nunca fizeram um Parque Infantil, no entanto fizeram três, um no Gargalão, um no Jardim de Infância e outro na Escola Primária, que é bom que o senhor Presidente da Junta olhe à sua volta quando diz que não fizeram isto, aquilo ou o outro, já não estão de acordo com as normas e isso, é verdade, mas fizeram três, não se esqueça.-----

-----O senhor Presidente da Junta disse que em relação ao Parque Infantil, sinceramente não sabe se foi a Junta que fez esses Parques ou se foi a Câmara, aí admite a sua ignorância no assunto, mas como o senhor João Diniz deve calcular, um miúdo de uma certa idade, até mesmo ele próprio que ainda por cima já está um bocadito gordo, com rede até lá acima, se o objetivo for o de fazer escalada tem que ir para outro sítio, porque se quiser frequentar o Parque Infantil e tiver de saltar a rede, é difícil mas com uma criança ainda se torna mais difícil, existindo no entanto sempre uma hipótese, eu quero levar o meu filho ao Parque Infantil, aquilo está trancado mas também podemos arrombar a porta, ou então chegava-se aqui e pedia-se ao senhor Presidente da Junta, ao que o senhor Presidente da Junta responderia, sim sim nós temos três. Perguntou se era assim e disse que os Parques Infantis a que o senhor João Diniz se refere, Parque Infantil ou equipamentos lúdicos, são equipamentos que se encontram numa Escola e que não são um Parque Infantil, são equipamentos para se usarem durante as aulas, durante o tempo letivo, porque certamente e como deve calcular, não via lá ninguém e ia muitas vezes praticar desporto ao Polidesportivo, até porque a Escola estava fechada, essa é logo a primeira, era isso que lhe queria dizer, queria simplesmente dizer que um Parque Infantil é para estar aberto

constantemente não é? Ou acha que ele agora podia ir lá com a filha dele a interromper as aulas para ir para o Parque Infantil? Ou então a partir do fim do horário das aulas, já não há direito ao Parque Infantil, por isso não se pode dizer que é um Parque Infantil para a população, é sim um Parque Infantil para quem anda à escola, ou uma Escola equipada com alguns equipamentos lúdicos, uma criança de três anos tem o direito a um Parque Infantil, tem direito a ir passear, o senhor João Diniz enquanto Coordenador deve saber qual é a escolaridade obrigatória.-----

-----A senhora Lurdes Lampreia disse que anteriormente falara dos cavalinhos do Gargalão, durante o mandato anterior foi Educadora ali no Jardim de Infância e algumas foram as visitas que fizeram com a Vereadora ao Jardim de Infância para verem como estava o espaço exterior, o qual não se encontrava em condições, e os cavalinhos é uma das situações irregulares, que até sabe que a Educadora já reformulou o pedido feito quando ela foi lá educadora, entretanto passaram três ou quatro anos e nunca a Câmara lá fez nada, na parte exterior. Por vezes havia muitos pedidos que não eram satisfeitos.-----

-----O senhor Presidente da Junta respondeu que essa era uma questão que a senhora Lurdes Lampreia podia colocar em dois locais, numa reunião de Câmara ou numa Assembleia Municipal, ele aqui é apenas o Presidente da Junta, ou então vamos lá ver, o senhor João Diniz critica-o se fala alguma coisa da Câmara porque pode estar a defender a Câmara, a senhora Lurdes apresenta a questão que colocou à senhora Vereadora dizendo que a Câmara não ajudou, ele poderia ter dado uma qualquer resposta mesmo inventada, mas não pode responder pela Câmara Municipal uma vez que é apenas Presidente da Junta, o Presidente da Câmara é o Drº Santiago Macias e estamos muito bem de Presidente felizmente, teve-se sorte nesse aspeto e o povo não cometeu uma loucura. Ainda em relação aos cavalinhos, a anterior Junta de Freguesia poderia ter feito o mesmo que a atual Junta, se a Câmara não resolve, resolve a Junta, a Junta não tem para repor, tira, pois mais vale uma não utilização do que uma utilização perigosa que era o que deveria ter sido feito no Parque de Merendas do Gargalão.-----

-----A senhora Lurdes Lampreia disse estar apenas a constatar um facto, que não estava a formular qualquer pergunta, abordou apenas uma situação que se falou tendo-se ficado à espera, pois tinham dito que iam tomar uma atitude.-----

-----O senhor Presidente da Junta disse que era só mesmo para terminar, uma vez que o que os trouxera aqui fora o Acordo de Execução, dirigiu-se à senhora Lurdes Lampreia para dizer que se foi a Junta que fez os três Parques Infantis, porque é que esta não tomou uma atitude uma vez que os Parques Infantis lhe pertenciam? Foi pedir à Câmara, viu que esta não fazia e não tomou uma atitude porquê? Se foi a Junta que fez porque é que não fez a remodelação? Ao logo de tanto tempo não houve hipóteses financeiras para

remodelar uns cavalinhos? Se calhar até pensaram, vamos fazer uma coisa, como a Câmara não fez vamos ver se alguém aqui se magoa, mas nós não fazemos nada. Considerou que não deveria ter sido esta a atitude, a senhora Lurdes veio acusar a Câmara e até o pode fazer, o atual Executivo fez uma coisa, achou que os cavalinhos e o Parque Infantil do Parque de Merendas do Gargalão não estavam adequados, até falaram com a Câmara sobre quais as possibilidades tendo-lhe sido respondido que de momento não havia possibilidades financeiras uma vez que não estava previsto, aceitaram a resposta e foi a Junta que assumiu fazer, uma vez que o custo foi tão simbólico para o valor que é devido à utilização por crianças, que se calhar a Junta até aproveitava os quinze euros do metro quadrado da calçada e do betão, para aplicar no Parque Infantil. Se a Junta sabia que a Câmara não fez pelos mais variados motivos, até podia ter sido por não querer, a Junta anterior dizia assim: na nossa Freguesia a Câmara não faz nada e nós não fazemos nada, no entanto as únicas coisas que estão feitas na Freguesia foi a Câmara, há uma obra de um milhão e setecentos mil euros, se calhar é a obra mais valiosa que está no concelho de Moura, tendo que se recuar até mais atrás e dizer assim: a qual o PS quando estava no Governo achou que não se devia fazer, pois o PS tem essa vantagem, quando está na oposição faz tudo, quando passa a liderar esquece tudo e os problemas aparecem, o dinheiro falta, então já não é prioritário, o mesmo se passa com os cavalinhos. Se este Executivo tiver o conhecimento de que alguma coisa está em perigo principalmente para as crianças, poderá não se ter capacidade para resolver, mas nem que se tenha de cortar o mal pela raiz, tira-se. Se fazem tudo bem? Disse que não fazem. Se vão errar, com certeza que sim, no entanto não lhes venham para aqui com as cantigas do costume porque quando não se conseguiu fazer nada, agora não se pode criticar quem faz, ou pelo menos deveria existir algum reconhecimento por quem fez, pois disse não querer citar coisas que estavam nesta Junta, que eram de envergonhar qualquer sobralense, coisas que estavam aqui feitas nesta Junta, ele disse que se envergonha e que eram coisas tão injustas que não devem ser ditas em nenhum lado.-----

-----O senhor João Diniz pediu ao senhor Presidente da Junta que dissesse quais eram essas coisas.-----

-----O senhor Presidente da Junta disse que dinheiro que sai da Tesouraria sem justificação, se não existe um contrato, pois está-se a pagar a pessoas que não têm vínculo com a Junta, para além do mais é perigoso para a pessoa, porque pode escorregar, pode cair, pode-se aleijar-se e onde é que está o seguro? Viaturas na maior vergonha possível, tudo partido, o trator avariado, um trator de rastos que não podia funcionar mais senão perdia-se uma máquina de excelente qualidade, dívidas à Junta com acordos feitos de boca, cujas pessoas foram chamadas à Junta e que disseram ter determinado acordo com o senhor Presidente da Junta e que por isso é que não pagaram,

não se tendo conseguido reaver o dinheiro, uma vez que não se conseguiu provar que esse acordo não existia, era a palavra do Executivo da Junta contra a deles, estando-se a falar em setecentos euros de uma pessoa, novecentos doutra e mais alguns trocos doutra, tendo alguns ainda vindo pagar.-----

-----O senhor João Diniz questionou porque é que não tinham vindo pagar se tinham que pagar.-----

-----O senhor Presidente da Junta disse que estava ali o registo, que havia acordos.-----

-----O senhor João Diniz disse que se tinham o registo tinham que pagar.-

-----O senhor Presidente da Junta perguntou porque é que não pagaram?--

-----O senhor João Diniz respondeu se a ele é que lhe perguntava.-----

-----O senhor Presidente da Junta disse existir uma dívida desde dois mil e um, e que teria havido acordo entre essa pessoa e o senhor Presidente na Junta na altura, que até podem ter sido trabalhos feitos para a Junta.-----

-----O senhor João Diniz perguntou o nome da pessoa em causa.-----

-----O senhor Presidente da Junta respondeu que não iria falar em nomes pois isso é confidencial. Pediu desculpa mas disse que se o senhor João Diniz sabe com quem é que fez os acordos, ou com quem é que falou do assunto, há pessoas a dever aqui novecentos e muitos euros, outras devem setecentos, desde dois mil e um.-----

-----O senhor João Diniz respondeu se a Junta não tinha coragem de os cobrar.-----

-----O senhor Presidente da Junta respondeu que a Junta tem coragem de tudo.-----

-----O senhor João Diniz respondeu que se devem terão que pagar.-----

-----O senhor Presidente da Junta respondeu que uma pessoa que deve desde dois mil e um porque é que não pagou até agora? Paga agora?-----

-----O senhor João Diniz disse que não pagou porque não se foi lá a casa receber o dinheiro, pelo que terão de vir pagar agora.-----

-----O senhor Presidente da Junta respondeu ao senhor João Diniz que não brinque com o Executivo.-----

-----O senhor João Diniz disse que como não pagam agora, também não pagavam antes.-----

-----O senhor Presidente da Junta disse à senhora Presidente da Assembleia que ou falava ele ou falava o senhor João Diniz, pois se a palavra lhe foi concedida a ele, quando ele acabar de falar, falará o senhor João Diniz, que a senhora Presidente é que está a gerir a reunião por isso ou falava ele ou o senhor João Diniz, pois se a senhora Presidente da Assembleia lhe disser, senhor Presidente eu corto-lhe a palavra e der a palavra ao senhor João Diniz ele cala-se, agora não é o senhor João Diniz que vem aqui mandar calar o senhor Presidente da Junta pois não tem competência para isso.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia tomou a palavra para dizer que

o senhor Presidente da Junta continuava a falar e quando concluisse passaria a palavra ao senhor João Diniz.-----

-----O senhor Presidente da Junta disse que era muito claro, pois quando se vem pôr em causa o trabalho de um conjunto de pessoas, que atualmente estão a trabalhar para a população e se vem questionar porque é que não se cobra uma dívida que foi feita em dois mil e um, não brinquem com o Executivo, que isso é brincar com os membros da Junta, pois os funcionários desta Junta podem comprovar que há pessoas que devem desde dois mil e um ou de dois mil e quatro, setecentos euros e que ao serem confrontados com a situação eles disseram que isso não devia constar ali uma vez que foi feito um acordo, ora se foi feito um acordo não compreende porque está ali. Existe outra situação com um trabalho feito pelo trator de rastos, em que não são contabilizadas as horas em que esteve numa propriedade até ao momento em que chegou à Junta, não coincidem com o valor em causa, e, mesmo assim, a pessoa a quem foi prestado o serviço e a quem foram debitados novecentos e tal euros, não concorda dizendo que havia ali outro acordo, isto são só acordos, só acordos de boca. Como é que este Executivo agora vai cobrar? Vai para Tribunal por novecentos euros? Será que se justifica? Vai-se dizer à pessoa que se está a duvidar da palavra dela? Não tem motivos para o fazer. Disse ter feito questão de enviar um ofício a todas as pessoas que tinham dívidas na Junta, a salientar que estas se encontravam a pagamento, muitas pessoas vieram pagar. Outras chegaram e disseram que tinham um acordo por isso é que nem sabiam que deviam essas importâncias e pagaram, outras houve que se recusaram por que tinham feito outros serviços, havendo aí uma troca de serviços, porque há pessoas que gostam muito de fazer confusões, disse que não pretendia com isto dizer que a troca de serviços era pessoal com algum dos membros do anterior Executivo, disse sim que houve troca de serviços o que pode acontecer, pois o atual Executivo com a Câmara Municipal já o fez, trocou-se um reboco de uma parede em que a Câmara trouxe o material, com o envio de jardineiros, é o que se chama cooperação, tudo bem, até podia ter sido com um privado, acha que daqui para a frente e cada vez mais se tem que trabalhar em parcerias, no entanto, disse que se houve esse acordo o nome dessas pessoas não deveriam constar com essas dívidas, pois chegam junto do Executivo e dizem como é possível ainda aí terem o nome, ficando constrangidos e deixando constrangido o senhor Presidente e ele não tem legitimidade, não é coragem, não tem legitimidade para ir cobrar a uma pessoa que devia em dois mil e um, pede desculpa, se a pessoa diz que havia um acordo e nem sequer sabe porque tem ali o nome, poderá não ser o mais correto e assumem que pode não ser, mas têm de dar o dinheiro por perdido pois já passaram muitos anos, voltando a dizer que já fugiram extremamente ao assunto que aqui os trouxe, mas, quando se fala que se está a ser prejudicado no Acordo quando foi referido que esta Junta de Freguesia não fez nada, teve que se

arrumar uma casa que estava desorganizada, antes da Casa Mortuária, antes de tudo o resto tem que organizar uma casa que estava desorganizada, diria em auto gestão.-----

-----A senhora Presidente perguntou ao senhor João Diniz se queria usar da palavra.-----

-----O senhor João Diniz perguntou à senhora Presidente da Assembleia se achava que valia a pena responder e disse que não valia a pena.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia perguntou se estava tudo dito.-----

-----O senhor João Diniz respondeu que não estava tudo dito não.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia questionou os membros se alguém mais pretendia intervir e como isso não se verificou colocou o ponto a votação.-----

-----VOTOS A FAVOR – QUATRO.-----

-----VOTOS CONTRA – TRÊS.-----

-----ABSTENÇÕES – ZERO.-----

-----DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO E PROGRAMA DE APOIO, À FREGUESIA DE SOBRAL DA ADIÇA.-----

-----**Declaração de voto** – O senhor João Diniz disse que a Bancada do PS votou contra os documentos em análise porque considera que não acautelaram de forma nenhuma os interesses da Freguesia, nomeadamente quando não contempla transferências de verbas para a Junta no que respeita às alíneas a), b), c) e d) que são alvo de trabalhos feitos pela Junta e que não estão contempladas com verbas a transferir da Câmara Municipal.-----

-----Não havendo mais assuntos a tratar nem público, a senhora Presidente da Assembleia encerrou a sessão eram vinte e duas horas e catorze minutos.-----

-----Para constar e devidos efeitos foi por mim, António José Machado Batista Limpo, funcionário da Junta de Freguesia de Sobral da Adiça, redigida a presente ata, sob a responsabilidade da Primeira Secretária e vai ser presente à sessão seguinte com vista à sua aprovação e assinatura pelo Presidente, pelos Secretários da Mesa da Assembleia e pelos restantes eleitos presentes que o desejarem.-----

-----Assembleia de Freguesia de Sobral da Adiça, aos 19 de outubro de 2014.-----
